



Anais da Assembléia

Nº 67

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

ATOS DO PRESIDENTE:

contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/81.

a) JOÃO MANSUR

Presidente

Resolução:

RESOLUÇÃO N.º 12/81

DATA: 08 de junho de 1981.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com a finalidade de consulta à população para a criação do Município de Missal, a ser desmembrado do Município de Medianeira.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Medianeira, com a finalidade de consultar a população sobre a criação do Município de Missal.

"Começa no Rio São Vicente, no ponto de encontro com o Arroio Sotelo, subindo por este até as divisas dos lotes rurais números 70 e 71, da Gleba 14 do Município de Paraná, seguindo deste ponto por uma estrada secundária, até atingir o povoado de Esquina Rosa, dali por uma linha mais ou menos reta e seca em sentido Leste-Oeste, até atingir o travessão da Gleba n.º 3, segunda parte do Imóvel Rio Quarto, seguindo por este travessão em sentido Norte-Sul, até encontrar o travessão natural do Imóvel Guairacá, seguindo por este no sentido Leste-Oeste, até atingir o ponto da linha divisória Norte-Sul dos atuais Municípios de Medianeira e Matelândia, seguindo deste ponto por uma linha reta e seca na direção Sudoeste, até atingir a nascente do Rio Feijão Verde, descendo por este até desembocar no Rio Ocoi, descendo por este até encontrar a foz do Riacho Cedro e subindo por este até a sua nascente e deste ponto por uma linha reta e seca em sentido Noroeste, até atingir a nascente do Ribeirão São João, descendo por este até o Rio São Vicente, e por este Rio acima, até a foz do Arroio Sotelo, ponto de partida".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 1981 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (56); achando-se ausentes, em licença os Senhores Deputados José Tavares e Valduga (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 40/81

Curitiba, 28 de maio de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 30 de abril de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e cooperação em estudos que visam à "Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná", com influência no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 41/81

Curitiba, 28 de maio de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Mariluz, a Quadra 8B, compreendendo os lotes n.ºs 1 a 18, da Planta Geral do Jardim Bonfim, situada na sede do referido município.

Sobre o imóvel cuja autorização para doação constitui objeto do plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa foi construído prédio destinado a um Grupo Escolar. Tal prédio, em razão de violenta tempestade que assolou a região, em 1975, foi danificado e, em conseqüência, demolido, sendo posteriormente reconstruído em outra área mais adequada, estando, assim, o mencionado Grupo Escolar, em pleno funcionamento nas novas instalações.

Face informações dos órgãos competentes de que a área onde se localizava o antigo prédio escolar encontra-se sem nenhuma destinação e tendo em vista manifestações da municipalidade de Mariluz, pleiteando a doação do imóvel em causa, a fim de, conforme esclarecimentos do Senhor Prefeito, poder edificar obras de elevado interesse público, estou certo de que o anexo plano de lei merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Mariluz, a Quadra n.º 8B, constando dos lotes de n.ºs 1 a 18, da Planta Geral do JARDIM BONFIM, situada na sede do referido município.

Art. 2.º — O imóvel de que trata o artigo anterior destinar-se-á a obras do município, não podendo em qualquer tempo ser transferido para terceiros, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interposição ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 07/81.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 196/79, de sua auto-

ria, que visa criar o Município de Sarandi, com território desmembrado do Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1981.

a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. NELSON JOSÉ CORREIA, ocorrido nesta Capital.

O extinto foi ex-Deputado Estadual, e que seja feita a respectiva comunicação à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1981.

a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos legislativos um “voto de pesar” pelo falecimento do Sr. RAIMUNDO ANTÔNIO DE SOUZA, ocorrido dia 07 de junho de 1981, no Município de Campo Mourão.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1981.

a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. EDGARD CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, ex-Delegado Regional do IPASE, e ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, e que após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1981.

a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, General Ruben Ludwig, solicitando que sejam tomadas as medidas necessárias a fim de que a Faculdade de Ciências e Letras de Apucarana volte às atividades docentes normais, mesmo sob o regime de intervenção, ou seja incorporada à Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana que já é estadual.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

Apoiamento: AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, ouvido o Plenário, a manifestação de protesto da Assembléia Legislativa do Paraná, contra ato de agressão do Governo de Israel ao Iraque, ao bombardear complexo industrial nuclear deste país.

A agressão injustificada contra aquele país merece o repúdio internacional e de todos aqueles que desejam a paz e a convivência pacífica entre as nações, e representa um ato de provocação bélica contra os povos árabes.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1981.

a) DARCY DEITOS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 57/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Serviço de Assistência Social Evangélico - SASE", com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1981.

a) ANTÔNIO COTRIM

JUSTIFICATIVA:

A documentação que anexamos ao presente plano de lei demonstra que a entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está efetivamente em funcionamento e que não distribui lucros e nem bonificações à sua diretoria e associados.

O Serviço de Assistência Social Evangélico, foi constituído para prestar o bem-estar social e assistência a todos que dele necessitam, sem qualquer discriminação de credo religioso ou político, raça ou nacionalidade, e tem por objetivo promover a educação, orientação vocacional e a formação profissional dos necessitados, cooperando, desta forma, com as entidades públicas e particulares de nosso Estado.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Todos quanto tiveram a oportunidade de assistir à televisão, no final da semana, devem ter ficado impressionados com determinados fatos ali enumerados. Tratava-se de:

1 — Presos que já cumpriram o tempo de prisão a que foram condenados, e em número elevado, mas que ainda não foram postos em liberdade por falta de um documento que deveria ter chegado, documento este, expedido por um órgão dependente do Poder Judiciário.

Assim se verificou estar alguém sofrendo a restrição de sua liberdade por culpa de um poder público, — o que é realmente lamentável.

Verificou-se ainda que alguns dos presos poderiam ter sido libertados independentemente do cumprimento total de suas penas, mas que também não foram postos em liberdade pela falta única e exclusivamente do referido documento.

2 — Outro fato grave, e que com grande ênfase foi comentado, tratava-se de um cidadão condenado, que se encontrava preso há anos e que não teve oportunidade de requerer medida alguma porque o seu processo teria desaparecido.

Entendemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de que processos não devem e não podem simplesmente desaparecer, — mas — se entretanto isto ocorrer, deve-se de pronto promover outros autos, pois por culpa de quem não deu guarda suficiente ao processo (e de que tal fato deve ser responsabilizado) — não é admissível deixar um cidadão sem meios de requerer o que a lei lhe faculta.

3 — Aqui, em nosso Estado, felizmente o empenho é de todos. Independentemente da atuação eficaz da Secretaria da Justiça, nomeando sub-Procuradores da Justiça em várias cidades-pólos, a própria Presidência e o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, estão elaborando um trabalho amplo com referência à assistência judiciária gratuita aos necessitados, cujo trabalho uma vez pronto será enviado ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que melhor ainda possa ocorrer a concessão de assistência judiciária gratuita aos

que dela necessitarem.

O Poder Judiciário em nosso Estado composto de uma Magistratura e de um Ministério Público voltado ao exercício de suas nobres e elevadas funções, como temos ainda milhares de advogados, devidamente habilitados, dos quais alguns se destacam em nível nacional por seu saber e atuação brilhantes, justo é que se aplauda a atuação da Secretaria da Justiça já se-meando a assistência judiciária gratuita aos que dela necessitam, evitando-se assim, os fatos lamentáveis aqui narrados.

A nossa Constituição está clara quando assegura assistência judiciária gratuita aos necessitados na forma da lei, parágrafo 32, do artigo 153, dos Direitos e Garantias Individuais.

Assim, o Estado do Paraná que já vem prestando esse tipo de assistência, contribui de maneira positiva para que os processos tenham andamentos mais rápidos e seguros.

Destaca-se, pois, a nossa Secretaria da Justiça, cuja frente se encontra um homem público, com longa experiência nas elevadas funções já exercidas, inclusive de vice-Governador do Estado do Paraná, Deputado Federal e Senador da República, o Dr. Otávio Cesário Pereira Júnior, pelo carinho com que vem tratando do assunto.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino. — (Ausente).

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

É grande a apreensão da comunidade do povo de Apucarana, que com muita luta, tem mantido o bom nível do ensino não só do primeiro e segundo graus, mas do terceiro grau, também.

A Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana é uma faculdade que tem expandido, dado uma boa cobertura não só a Apucarana, mas a toda a região do Vale do Ivaí, dados os cursos que vem mantendo, hoje, com a sua sede própria, e é digna da quele trabalho desenvolvido pelos seus fundadores.

Houve um imprevisto no ano passado, quando um diretor inescrupuloso assumiu a direção daquela faculdade, e que fez com que se tornasse necessária aquela intervenção. Mas, hoje já caminha normalmente, continuando a prestar os relevantes serviços que sempre prestou à comunidade de Apucarana e da região do Vale do Ivaí.

Mas continua ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquela faculdade, sob a intervenção. E por isso é preciso que a Procuradoria Geral do Estado tome providências no sentido de que a Comissão designada possa concluir o quanto antes seu relatório, para poder tirar esse regime de intervenção e entrar na sua normalidade real. E a nossa preocupação ainda, é maior, hoje quando recebemos, através da Câmara Municipal de Apucarana, e agora, há pouco quando vinha para este plenário, fui também cientificado que o nobre companheiro Primeiro Secretário, Deputado Augusto Carneiro, também recebeu um expediente da referida Câmara, no mesmo sentido.

(Lê): Excelentíssimo Senhor:

A Câmara Municipal de Apucarana, em sessão realizada em data de ontem, aprovou por unanimidade, o requerimento de autoria do Vereador Alcides Ramos, no sentido de que encaminhássemos ofício a Vossa Excelência, solicitando total e irrestrito apoio, para que a egrégia Faculdade de Ciências e Letras de Apucarana (FACLAP) volte ao seu funcionamento normal, haja visto que há mais de trinta dias se encontra sob intervenção federal, causando, com essa medida, insegurança e suspense aos seus alunos e ex-alunos, dos quais muitos ainda não obtiveram os registros dos diplomas. Os demais que ainda estão cursando esse estabelecimento de ensino, talvez nem pos-

sam concluí-lo, pois comenta-se que nossa Faculdade está em vias de ser fechada ou transferida para outra cidade.

Gostaríamos aqui, lembrar que foi uma luta árdua e dispendiosa para que essa faculdade fosse instalada em Apucarana, e agora, de uma hora para outra, somos privados desses cursos superiores, porque alguns de seus administradores ou diretores não souberam conduzir com dignidade e respeito a instituição colocada em suas mãos. Se realmente for transferida para outra localidade, criará um mal-estar no povo apucaranaense, na região e nos seus inúmeros alunos que a custo de muitos sacrifícios estão freqüentando os diversos cursos nesse estabelecimento de ensino.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e consideração.

a) ANTÔNIO PENHARBÉL FILHO

Presidente em Exercício"

Concluindo, Sr. Presidente, esta é a outra faculdade que funciona também em Apucarana, a Faculdade de Ciências Econômicas.

E é intenção da Secretaria da Educação, através do seu Secretário, propor que a Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana incorpore a Faculdade de Filosofia. É a única maneira de poder manter esses cursos que atualmente existem na cidade de Apucarana.

E para isto, estamos dirigindo um apelo a Sua Excelência, o Sr. Ministro da Educação, no sentido de que autorize o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Apucarana, ou a incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas.

E pretendo ainda, em data de amanhã, dirigir um outro requerimento ao Dr. Ivan Rigg, no sentido de que determine a conclusão desta sindicância, que ora se realiza na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, nobres Deputados.

A nossa presença hoje, nesta tribuna, é para comunicar a esta Casa, um ato do Governo Federal, juntamente com o Governo do Estado, que vem sem dúvida alguma beneficiar o turismo do Paraná, e mais especialmente, da cidade de Foz do Iguaçu.

Em conversa com o Governador Ney Braga, o mesmo nos comunicou de que o Presidente da EMBRATUR, Professor Miguel, acaba de aprovar uma verba no valor de 100 milhões de cruzeiros, para dar início ao Centro de Eventos, na cidade de Foz do Iguaçu. Centro este que a comunidade tanto apelou para que se construísse um centro de convenções.

E foi denominado, depois de aprovado, de Centro de Eventos, porque pode ser aproveitado tanto para congressos nacionais, internacionais, até mesmo regionais, como para outros eventos, como feiras-livres, Feira da Indústria e do Comércio. Isto trará, sem dúvida alguma, benefício muito grande para o turismo do nosso Estado, porque o Paraná inteiro não tem sequer um centro de convenções. E acaba de ser aprovada uma verba para se dar início ao primeiro Centro de Convenções do Paraná, com o nome de Centro de Eventos, exatamente na Capital Paranaense do Turismo, que é Foz do Iguaçu.

Será construído também, ao lado desse Centro de Eventos, o terminal turístico que será localizado no Marco das Três Fronteiras, Marco este que divide o Brasil, com o Paraguai e a Argentina.

E hoje, nós damos aqui esta notícia porque é um presente para Foz do Iguaçu que amanhã completa 67 anos de emancipação política e econômica.

E não poderíamos jamais esperar por parte do Governo

Federal, através da EMBRATUR, e do apoio dado pelo Governador Ney Braga que o presente fosse tão excepcional para o nosso município e para todo o turismo paranaense.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Daqui a poucos instantes, encaminharei à Mesa, requerimento solicitando a Vossa Excelência, Sr. Presidente, a reinclusão, na Ordem do Dia, da Mensagem Governamental que trata da Organização Judiciária do Estado. Nesse requerimento, Sr. Presidente, retirarei emenda de minha autoria que visava reajustar em 70% os serviços do Ofício de Registro Civil do Estado, cuja emenda motivou a retirada do projeto para apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça.

Retiramos a emenda não porque a imprensa disse que a mesma beneficiaria cartórios. Retiramos-a porque ela teve o condão de mexer numa chaga, de alertar o Corregedor da Justiça do Estado para irregularidades que se cometem, no Interior do Estado, pelos cartórios que chegam a cobrar Cr\$ 1.000,00, Cr\$ 1.200,00 por um simples Registro de Nascimento. O que contraria não só a lei, mas também as resoluções baixadas pela Corregedoria Geral da Justiça.

Enquanto que os Registros da Capital cobram uma quantia irrisória que, hoje, mal cobre as despesas do próprio material de expediente, usadas no registro.

A nossa emenda visava, evidentemente, reajustar esses serviços, apenas o Registro Civil e o de Distribuição, em 70%. Mas ela teve, como já disse, um mérito, o de alertar o Sr. Corregedor que prometeu enviar a esta Casa uma mensagem corrigindo as distorções existentes nos cartórios de todo o Estado, até agosto.

Ditas estas palavras iniciais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e não desejando, absolutamente estabelecer polêmica, um pingue-pongue com alguns dos Srs. Deputados da Oposição, e lamentando também, a ausência do Deputado Gemote Kirinus, vou contraditar algumas colocações feitas pelo ilustre Deputado, na semana passada, nesta Casa.

E se o faço, em sua ausência, é porque, como bem sabem os Srs. Deputados, as inscrições para o Grande Expediente seguem uma ordem. E o Deputado não fala o dia que precisa, ou deve falar, mas no dia que lhe permite a sua colocação, no Livro de Inscrições. E como hoje chegou a minha vez, lamento a ausência do ilustre Deputado, mas quero, efetivamente, contraditar e aproveitar, também, para pedir desculpas ao eminente Deputado das expressões descortezas que usei. Mas, quero ratificar algumas afirmações que fiz naquele pronunciamento.

O Paraná produz 26,4% das riquezas nacionais e tem 6,4% da população brasileira.

Ora, numa casa onde entra mais dinheiro e mora menos gente, é óbvio, é compreensível que as condições de vida são melhores do que numa casa onde mora mais gente e entra menos dinheiro. Se o Deputado não compreendeu, azar dele, porque eu falei bem claro. Logo, não é necessária grande inteligência para aceitar essa verdade que eu disse, de que o padrão de vida do Paraná é melhor do que existente em Estados de maior população e de menor produção. Foi isso o que eu disse. Não disse nada além do que isso e os Anais estão aí.

Disse também, que isso não faz do Paraná uma ilha de abundância, mas ameniza aqui o quadro de problemas brasileiros, decorrentes da doença, da miséria e da ignorância. A situação do Paraná em relação ao Brasil foi descrita apenas como

argumento, para demonstrar que há efetivamente um esforço da gente e do Governo paranaense pela auto-promoção sócio-econômica do Estado, esforço que há e que houve e também é inegável, insofismável e irrecusável até pelo mais empedernido dos oposicionistas e que na área do Governo sempre teve Ney Braga, o homem público com maior destaque. Apon-tem-me outro, por favor, na área do Governo, um outro homem público que teve maior destaque que Ney Braga para obtenção de recursos federais para amparar esse esforço da gente paranaense. Foi apenas isso o que eu disse. Logo, Ney Braga não é omissos como afirmava, não digo a Oposição, mas dois ou três Deputados. Pelo contrário, ele lidera o trabalho para que se acelerasse aqui a libertação dos problemas sociais comuns a todos os brasileiros.

Respondi também, naquela oportunidade e a seguir, outra acusação de omissão feita ao Governador, principalmente pela Oposição — aí um maior número de Deputados da Oposição — para quem o silêncio do Governador sobre o episódio do Rio Centro foi classificado como convivência com o terrorismo.

Disse, naquela oportunidade, que não falar sobre tema que foge à nossa competência e jurisdição e cujos fatos desconhecemos, como efetivamente desconhecemos, a não ser através do noticiário da imprensa, não é omissão, mas é prova de confiança na ação daqueles que são competentes e responsáveis para alcançar a verdade. Foi só isso o que eu disse.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não queria interromper Vossa Excelência, mas não queria perder esta oportunidade e, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, não pela defesa, porque o nobre Governador Ney Braga não precisa de defesa. Vossa Excelência está trazendo ao conhecimento daqueles que talvez não queiram ver.

Nós tivemos oportunidade de ver agora em Cascavel, quando alguém perguntou ao Governador se ele só tinha ido três vezes a Cascavel? Com que facilidade o Governador respondeu a esse interlocutor o que ele conhece de Cascavel. Como ele responde em qualquer parte do Estado a sua participação no Governo passado e no atual.

Disse eu da tribuna, há poucos dias, que um líder municipal, um líder regional a gente substitui com muita dificuldade, mas um líder nacional, como temos Ney Braga, não é fácil de criar.

A sua relevante participação no Governo Federal trazendo inúmeros benefícios não só ao Paraná, mas ao Brasil, e é preciso que nós paranaenses procuremos reconhecer esse trabalho desenvolvido por Ney Braga na área federal e neste momento em que ele está à frente dos destinos administrativos do Paraná, que tenha o nosso apoio, a nossa cobertura e o nosso incentivo, para que o Paraná possa, Ney Braga daqui do Estado do Paraná reivindicar e fazer com que o nosso Estado ocupe o lugar que ele tem direito na área federal.

Mas, nobre Deputado, quero também, em poucas palavras, justificar e agradecer a Vossa Excelência, que agora há pouco retirou aquela emenda apresentada, dos serventários e dizer que a sua intenção foi válida, porque não agora o atual Corregedor tem sido muito acessível e o Presidente atual também tem demonstrado boa intenção em atender e proporcionar uma melhor administração no setor judiciário, porque quando se fala em custas, no interior, quando comentava a Oposição dizendo que cobram uma exorbitância, mas é preciso ver aqui em Curitiba, que todos têm que obedecer uma tabela, uma tabela às vezes de Cr\$ 40,00 um registro que é impraticável. E Vossa Excelência apresentou essa emenda e despertou o Corregedor Geral do Estado.

Nós temos visto há muitos anos esta lei vigente, em que a Corregedoria, simplesmente dá um aumento, um aumento de tanto por cento, mas nunca em valor, vindo onerar, dificultar os

mais pobres. Porque as custas são até Cr\$ 50.000,00 e acima desta importância, não aumentam. Então, o aumento se dá até 50 mil, o que vem onerar sempre os mais pobres, aqueles mais aquinhoados, às causas maiores, sempre o valor é o mesmo, porque há uma taxa máxima.

É preciso que estude, aliás, uma comissão estudando esse novo regimento para que possa atualizá-lo. Eu o cumprimento, pela contribuição que Vossa Excelência deu apresentando e retirando a emenda. Mas, já alertou aquilo que era preciso para se tomar uma medida.

Muito obrigado, desculpe interromper o seu pronunciamento que gostaríamos de continuar ouvindo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Vossa Excelência não tem que pedir desculpas, porque enriquece aquilo que estamos dizendo e traz uma contribuição à Casa, porque Vossa Excelência conhece mais do que eu, esse problema de custas judiciais, custas de cartório, principalmente os abusos que se cometem no interior.

E a nossa emenda, eu repito, ela teve um mérito — que foi de alertar o Corregedor para essas irregularidades. E nós, com a retirada da emenda, abrimos um crédito de confiança, ao Desembargador Assis Saldanha de Loiola, que nós conhecemos, de longa data, a folha de serviço que ele tem prestado à justiça do nosso Estado, e, temos absoluta certeza de que o estudo será completo, será um bom estudo.

Mas, voltando ao tema do nosso pronunciamento, nós não viemos à tribuna para enaltecer a figura do Governador Ney Braga, nós achamos que a Oposição também, tem excelentes candidatos, excelentes homens. Nós apenas, quisemos mostrar principalmente, ao Deputado Gernote Kirinus, que nós não cometemos heresia alguma, que nós não nos jactamos de uma situação privilegiada do Paraná. Apenas, nós colocamos, a realidade sócio-econômica dos Estados brasileiros, com relação ao Paraná.

E que nós respeitamos, apesar de termos sido rudes com relação ao aparte do nobre Deputado, e queremos que os Anais registrem as nossas expressões de desculpas, ao eminente Deputado, nós queremos dizer que absolutamente nós não concordamos com as colocações que ele fez, quando rebateu a nossa falta. E que nós apenas, procuramos rebater algumas acusações injustas por sinal, que alguns dos Srs. Deputados da Oposição, fizeram ao eminente Governador Ney Braga, que como bem disse o Deputado Gilberto Carvalho: “é um líder de projeção nacional, é um patrimônio do povo paranaense e que ele tem demonstrado nos seus dois anos de Governo, como sua única preocupação, o bem-estar do povo do Paraná”. E, o episódio ocorrido em Cascavel, demonstra bem o que tem sido a atuação deste Governador, em toda sua vida pública e que nós conhecemos. Fomos vereador na Câmara Municipal de Curitiba, quando ele exerceu seu primeiro mandato que foi o de Prefeito de nossa Capital.

Afirmar também, naquela oportunidade, que a Oposição, naquele episódio do Rio-Centro, agrediu as Forças Armadas, em cuja integridade nós confiamos. E o Sr. Deputado Gernote Kirinus, posteriormente, afirmou que não houve agressão verbal. Então, eu peço vênias, para rememorar palavras textuais do Sr. Deputado José Tavares, que também encontra-se ausente em viagem ao exterior. Na sessão de 18 de maio, ele disse: “Já houve neste País, em torno de mais ou menos, cem atentados terroristas e, em nenhum deles, se chegou à autoria e descobriu os autores e puniu os mesmos. Neste agora do Rio-Centro, eu acho que desmascarou, não só o Governo, não só as palavras demagógicas do Presidente Figueiredo, como também, desmascarou as próprias Forças Armadas, que no meu entendimento estão, realmente abaixo de crítica hoje, perante a comunidade brasileira. Quando o General Gentil Marcondes, se expõe ao ridículo, de condecorar um terrorista dentro das suas próprias fileiras.” Etc., etc. ...

Então, o que que é isso? Eu pergunto. O que que é isso? O que que representam essas palavras do nobre Deputado José Tavares? Agressão pura. Porque dizer que as Forças Armadas praticam atos terroristas, ou os acobertam, tem todo o jeitinho de agressão. Foi isto que disse.

Finalmente, terminei meu pronunciamento preconizando uma luta comum da classe política, em favor de uma reforma tributária que melhor prestigie Estados e Municípios, irmanando os interesses apartidários numa causa prática, exequível e de interesse do Paraná. Acreditamos que nossas palavras, tanto então como agora, são claras, que não se concorde com as opiniões, — principalmente com as minhas, é problema de cada um. Mas não entender, dizer que não entendeu, — como fez o nobre Deputado Gernote Kirinus, para quem traduzi em palavras mais simples estas nossas idéias, ora! É uma falha até de hermenêutica, que realmente não esperávamos do nobre Deputado Pastor.

Na réplica que ele nos endereçou, agiu como bem disse o nosso colega Gabriel Manoel: confundiu “Caçada de tatu com serenata”.

Queremos nos penitenciar mais uma vez, solicitar novamente desculpas se ao responder o aparte que julgamos intempestivo, e no qual víamos objetivo de desviar a linha da exposição que fazíamos, fizemos uma observação considerada descortez. É que nós falávamos naquela oportunidade em tese. Aliás, até abraçando teses levantadas pelo nobre Deputado Deni Schwartz, nesta Casa. Falávamos, naquela oportunidade, em teses, para as quais não pedíamos concordâncias, porque elas realmente podem não ter concordância dos Srs. Deputados na maioria, mas são teses nossas, que temos o direito de as expor. Como o nobre Deputado Deni Schwartz tem feito. Como o próprio Deputado Gernote Kirinus. Como o próprio Líder do PMDB nesta Casa tem feito. É um direito que cada um tem de expor as suas teses. E o nobre Deputado Gernote Kirinus, naquela oportunidade, faz uma interrupção para perguntar por que não fora substituído o Prefeito, — até nem me lembro de que município. Acho que aí “entrou tatu na serenata”. E eu lamentavelmente perdi a paciência e fui descortez com o nobre Deputado e quero que os Anais registrem as minhas escusas, as minhas desculpas.

Entretanto, em uma cobrança acertou o nobre Deputado Gernote Kirinus: queremos agradecer-lhe pela oportunidade que nos é dada de fazer hoje as devidas observações. Visando informação contida em mensagem do Governo, o Sr. Deputado Deni Schwartz acusou o Governo do Estado de desviar recursos do BADEP, do BRDE, do Desenvolvimento Paranaense, para financiar obras, digamos, segundo o que disse o Deputado Deni Schwartz: “famigerada obra de Itaipu”.

Sobre o fato, o nobre Sr. Deputado criou um enredo empolgado e injurioso ao Governo.

Então, queremos informar — e agora com toda a cortesia, que os bancos paranaenses foram apenas repassadores de recursos do FINAME, Fundo Federal sem limite de saque, e que todos os pedidos de empresas paranaenses a este Fundo também foram atendidos. Não houve a retirada de recursos da nossa economia, da economia paranaense, da economia do BADEP, para aplicação em Itaipu. Nossos bancos fizeram repasses de financiamentos obtidos pela Itaipu Binacional junto ao FINAME, sem prejuízo de sua disponibilidade de investimentos à iniciativa privada de firmas paranaenses.

Simples e claro, apenas isto.

Mas enganchado em sua premissa equivocada, fez o nobre Deputado uma “catilinária”, onde termina chamando o Governo de incompetente. Acreditamos que o qualificativo encaixa melhor em quem faz pronunciamentos sem pedir esclarecimentos prévios de um elemento informação contido em matéria tramitante na Casa.

Eram estes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os esclareci-

mentos que queríamos fazer, reafirmando que não serve ao Paraná uma tese de destruição, onde nada há para opor. Acho que eu vou repetir aquilo que eu disse: — vamos somar para procurar dar ao povo paranaense, aquilo que ele merece e aquilo que ele espera de nós representantes, de nós que somos os seus legítimos representantes. Acho que a Oposição presta um grande serviço ao Governo, ao povo do Paraná. Agora o que a bancada da situação não aceita e jamais aceitará são as distorções dos fatos e da verdade, porque essa sempre aparece. Quer queira ou não queira, ela sempre aparece.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte ?
(Assentimento)

É só para uma intervenção, com relação ao repasse de banco, do FINAME para os bancos paranaenses, BADEP ou BRDE.

Entendo que os repasses para bancos estaduais que têm o compromisso de injetar dinheiro no Estado, para desenvolvimento do Estado, acho que não há implicação alguma com uma Binacional. Acho que esse repasse, desde que se trata de uma Binacional, não haveria porque a FINAME repassar dinheiro para o BADEP, repassar à Binacional. A FINAME poderia repassar diretamente à Binacional Itaipu porque ela não tem nada a ver com a administração paranaense, é uma Binacional. Está fora, inclusive de qualquer ato administrativo do Governo do Estado e mesmo do alcance de uma legislação estadual. Penso que, francamente eu não entendi, com relação a essa problemática. Não entendi, acho...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não é para entender mesmo, dentro da ótica de Vossa Excelência não dá para entender.

O Sr. Lineu Turra — A ótica de Vossa Excelência, não. Penso que a lógica não falha; está aí a lógica. Se se trata de uma Binacional, como se vai injetar dinheiro por um organismo federal para um organismo estadual, repassar a uma Binacional, porque eles não repassam diretamente? Os repasses que vêm de organismos nacionais, federais para os organismos de créditos estaduais, são para injetar recursos nos interesses do próprio Estado. E não de uma Binacional. Acho que não há fundamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência sabe que o FINAME...

O Sr. Lineu Turra — O FINAME é uma instituição financeira paralela.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É claro, para toda a Nação. Não há privilégio algum.

O Sr. Lineu Turra — Aliás, eu não concordo com a tese de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É um direito que Vossa Excelência tem de não concordar. Eu também não concordo com o que Vossa Excelência está dizendo. E eu represento uma parcela do povo, Vossa Excelência representa outra. Então, é aquele pingue-pongue que eu quero evitar.

O Sr. Lineu Turra — Respeito só que o meu entendimento não é o mesmo de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas o meu entendimento é o contrário de Vossa Excelência.

O Sr. Lineu Turra — Pois é, então ficamos, Vossa Excelência diz uma coisa, eu digo outra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Fica o dito pelo não dito. E viva a burocracia.

Aliás, o Governo Figueiredo criou, até nomeou um Ministro sem Pasta que trata da desburocratização. Vossa Excelência, em princípio, tem a sua razão. Mas Vossa Excelência sabe que certas normas, principalmente com relação à legislação bancária, que têm que ser cumpridas. Acho algumas desnecessárias, mas elas existem. Enquanto não forem anuladas, enquanto a desburocratização não chegar ali no sistema bancário, realmente há coisas que poderiam ser feitas diretamente. Agora é o en-

tendimento de Vossa Excelência contra um outro entendimento.

Agora, o FINAME - Vossa Excelência conhece perfeitamente - é um organismo financeiro, que atende a todas as empresas do País. E a ITAIPU não deixa de ser uma empresa, embora Binacional, mas em cujo suporte financeiro o Governo brasileiro tem muita responsabilidade. Vossa Excelência sabe disso.

Enfim é uma obra discutida; é uma obra que talvez a nossa geração de políticos não possa avaliar convenientemente. Mas ela produzirá os efeitos em benefício da economia nacional. Isso eu tenho certeza.

Não estou aqui defendendo absolutamente, a ITAIPU. Estou apenas fazendo uma colocação que é o meu pensamento.

O Sr. Lineu Turra - Mas essa mecânica de repasses, eu queria dizer a Vossa Excelência, é um comprometimento inclusive, uma responsabilidade, torna-se o banco repassador, o co-responsável pela liquidação do compromisso.

Então, eu queria dizer - porque eu também, como Vossa Excelência, tenho uma certa familiarização com essa problemática bancária. Deveria dizer, então, a Vossa Excelência, que é uma co-responsabilidade.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Queria dizer a Vossa Excelência que apenas não venha com sofismas, que o patrimônio da ITAIPU Binacional não responde por uma migalha de empréstimo desses. Vossa Excelência sabe que é uma exigência bancária o aval, e só consegue empréstimo quem realmente tem patrimônio, e só pode dar aval, um Governo sério, respeitoso, e um banco que realmente vem cumprindo com as suas finalidades.

Acho isso até um motivo de orgulho, o fato de nós sermos avalistas de um repasse de financiamento.

Agora, a ITAIPU Binacional tem um patrimônio invejável - e Vossa Excelência sabe disso - que responde por esse débito e por outros de maior profundidade, de maior alcance.

O Sr. Darcy Deitos - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, solicitei este aparte de Vossa Excelência, apenas para discordar de um ponto, quando Vossa Excelência disse que a Oposição gosta de distorcer os fatos ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Alguns fatos. Principalmente essas estatísticas que Vossas Excelências trazem a esta Casa.

A maioria é fria.

Vossas Excelências pinçam, ao acaso, e trazem aqui como verdades.

O Sr. Darcy Deitos - Absolutamente! A grande maioria tem sido, em cima, inclusive, da Mensagem Governamental, com referência às atividades ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Falo de algumas estatísticas, não falo de todas, e algumas distorções.

O Sr. Darcy Deitos - Então eu só queria deixar aqui, a voz do PMDB, nesta Casa, discordando dessa colocação de Vossa Excelência, entendendo que o PMDB cumpre, nesta Casa, um papel efetivo de Oposição, tentando levantar os problemas do Paraná, e nunca fugiu das suas responsabilidades, quando foi chamado a atender os altos interesses do povo do Paraná.

É esta a colocação que eu queria fazer, esse reparo, para que os Anais façam justiça à nossa Bancada, nesta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Mas, se esses Anais forem compulsados, nobre Deputado Darcy Deitos, farão justiça à Oposição.

Eu, repetidas vezes, disse aqui que o Paraná muito deve à Oposição.

E quando falo Oposição, não falo em Oposição baixa, rasteira, mentirosa, caluniadora. Falo numa Oposição séria, na Oposição com responsabilidade com que Vossas Excelências vêm fazendo.

Agora, algum deslize de algum nobre Deputado da Oposição não pode ser debitado à conta de toda a Oposição.

Vossa Excelência consulte os Anais da Casa, esses mesmos Anais que Vossa Excelência invocou. Vossa Excelência há de ver que tenho feito justiça; que nunca a Oposição negou a qualquer Governo, não só ao atual, mas ao Governo anterior, do Sr. Jayme Canet, ao Governo do Sr. Paulo Pimentel, nunca negou a sua colaboração, para o engrandecimento do Paraná. Isso sempre eu reconheci.

Agora, são algumas colocações que não podemos aceitar calados. Queria que Vossa Excelência entendesse isso.

Sr. Presidente, agradeço a atenção dos Srs. Deputados da Oposição, e também os trinta segundos que a Mesa concedeu-me em excesso. - (Sem revisão do orador).

(É encaminhado à Mesa o seguinte requerimento):

"REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro a retirada da emenda de minha autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 30/81.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PP.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PTB, se deseja usar do horário. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 14/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 06/81, (Mens. Govern. nº 04/81), que aprova o Termo Aditivo de Retificação nº 1 ao Termo Parcial do Convênio nº 12/76, celebrado entre o Estado do Paraná, Órgãos que especifica, objetivando a execução de Projetos e Obras integrantes do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 15/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 08/81, (Mens. Govern. nº 06/81), que aprova termos aditivos a convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras

de controle da erosão urbana.— Aprovado.

WERNER WANDERER, Relator.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 16/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 19/81, (Mens. Govern. nº 20/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas nos municípios citados. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 17/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 26/81, (Mens. Govern. nº 27/81), que aprova os Termos de Convênios nºs 41/80, 42/80, 43/80, 44/80, 45/80 e 46/80, dos municípios aqui nominados, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação de Órgão que especifica, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas nos municípios citados.— Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 162/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública o “Hospital e Maternidade Anita Canet”, com sede na Cidade de Conselheiro Mairinck e foro na Comarca de Ibaiti. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 162/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE “ANITA CANET”, com sede em Conselheiro Mairinck-PR. e foro na Comarca de Ibaiti-PR.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1.981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo de assistência social e filantrópica, e assistência médica, junto à comunidade de Conselheiro Mairinck-PR., granjeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei nº 010/80, de 12 de agosto de 1.980, conforme fotocópia anexa.

A documentação que anexamos ao presente processo comprova estarem cumpridas as exigências legais para que haja o reconhecimento público no âmbito estadual.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei que, temos certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 162/80

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do ilustre Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, objetiva declarar de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE “ANITA CANET”, com sede na Cidade de Conselheiro Mairinck, Comarca de Ibaiti, neste Estado.

Preenchidas as formalidades legais, não há irregularidades a serem sanadas.

Dado o exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 11/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacarezinho uma área de terras pertencentes ao Estado, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 11/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Jacarezinho a área de 7.207,00 m2 de terras pertencentes ao Estado, constituída pelos Lotes 1, 2 e 3, do antigo loteamento denominado Jardim Desembargador Leonel Pessoa localizado no perímetro urbano da sede daquele município.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A área de terras que se pretende doar ao Município de Jacarezinho, pertence ao Governo do Paraná, foi desapropriada do espólio do Desembargador Leonel Pessoa, para ser utilizada pelo Distrito local do D.E.R., vem sendo utilizada pela Prefeitura há mais de quarenta anos, tendo sido nela instalada uma fábrica de tubos de concreto, e de outros produtos utilizados pela administração municipal.

Não havendo interesse do D.E.R. em utilizar o terreno mencionado, quer nos parecer bastante justo a sua doação ao município que dele continuará fazendo uso em benefício daquela próspera coletividade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 11/81

PARECER

O Projeto de Lei nº 11/81, que ora se examina tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jacarezinho uma área de terras pertencente ao Estado, com área de 7.207,00 metros quadrados, constituída dos lotes nºs 1, 2 e 3, do antigo loteamento denominado Jardim Desembargador Leonel Pessoa, localizado no perímetro urbano da sede daquele município.

A justificativa que encaminha o projeto nos esclarece que o terreno mencionado, embora desapropriado pelo Estado, para uso pelo D.E.R., vem sendo usado pela Prefeitura Municipal, há mais de quarenta anos, tendo, inclusive, nele instalado uma fábrica de produtos de concreto utilizados pela administração municipal.

Tratando-se de uma simples autorização legislativa, que se encontra dentro das atribuições constitucionais deste Poder Legislativo, não encontramos qualquer óbice que se lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 13/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a “Creche Nice Braga”, com sede na Cidade de Irai-Pr. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 13/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “CRECHE NICE BRAGA”, com sede na Cidade de IRAI - PR.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.981.

(a) RUBEN VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

A “CRECHE NICE BRAGA”, com sede e foro na Cidade de URAI — Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tendo como finalidade a proteção e assistência material, moral e espiritual às crianças carentes, cujas mães trabalham fora do lar, ou que por excesso de filhos ou filhos incapacitados fisicamente, não possam ter em casa ou mesmo fora do lar um trabalho lucrativo para aumentar o orçamento doméstico.

Presta assistência médica, alimentar além de outras iniciativas e empreendimentos em favor da infância, inclusive orientação aos pais como, higiene, alimentação, puericultura, rudimentos de psicologia infantil, para que a criança encontre no lar ambiente propício ao seu desenvolvimento.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades e atende as determinações previstas em lei.

A “Creche Nice Braga”, pela sua própria condição e pelo importante papel que vem desempenhando na área social, justifica por si a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 13/81

PARECER

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado RUBEN VALDUGA, declarar de utilidade pública a “CRECHE NICE BRAGA”, com sede na Cidade de URAI, neste Estado.

Compulsando o processado, verifica-se que foram preenchidas as formalidades legais, inexistindo óbices de ordem constitucional ou regimental.

Em tais circunstâncias, somos por sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
WERNER WANDERER, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 29/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra à Prefeitura Municipal de Iporã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 29/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Estado do Paraná autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Iporã, as datas de nºs 11, 12, 13 e 14 da Quadra 74, da planta da referida cidade, com a área total de 2.025 m², havidas da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda. — SINOP, conforme escritura lavrada em 30 de outubro de 1.964, transcrita no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã sob nº 447, do Livro 3 das transcrições, Talão nº 5, página 47, para a construção de edifícios públicos.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora propomos à apreciação dos nobres Pares tem por escopo viabilizar à Prefeitura Municipal de Iporã

a construção de edifícios públicos necessários, dentre os quais uma casa para uso do promotor de Justiça.

Concretizada esta medida, cremos que o interesse coletivo estará sendo atendido a exemplo de soluções anteriores relacionadas com outros municípios.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 29/81

PARECER

De autoria do nobre Deputado EZEQUIAS LOSSO, o presente Projeto de Lei nº 29/81, autoriza o Poder Executivo a doar área de terra à Prefeitura Municipal de Iporã.

Ao projeto de lei referido, foi encaminhada pelo autor, documentação complementar e minuta de Emenda Substitutiva, para apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça.

Pela justificativa apresentada pelo autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a doação supra, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral, que ora apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI Nº 29/81

Art. 1º — Fica o Estado do Paraná autorizado a doar à Prefeitura Municipal de IPORÃ, a data de nº 14, da Quadra 74, da planta da referida cidade, com a área total de 450,00 m², havida da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda. — SINOP, conforme escritura lavrada em data de 14 de novembro de 1.963, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã sob o nº 447, do Livro 3 das transcrições, Talão nº 5, página 47, para a construção de edifícios públicos.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 36/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública o “Hospital de Misericórdia São João Batista”, com sede e foro na Cidade de Ibaiti. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 36/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o HOSPITAL DE MISERICÓRDIA SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na Cidade de Ibaiti.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, tem por finalidade proporcionar assistência médico-hospitalar e farmacêutica a toda e qualquer pessoa, independentemente de posição social ou econômica, de cor, credo religioso e nacionalidade, prestando assim relevantes serviços

à comunidade de Ibaíti.

O Estatuto anexo, demonstra claramente que a entidade em questão, reúne todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para reconhecimento de utilidade pública.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 36/81

PARECER

1. A Lei nº 6.994, de 10/01/78, dispondo sobre normas para declaração de utilidade pública, entre outros, exige os seguintes documentos:

- a) possuam personalidade jurídica há mais de um (1) ano,
- b) estejam em efetivo exercício, e sirvam desinteressadamente à coletividade, dando fiel cumprimento e em observância de seus fins estatutários;
- c) que não sejam remunerados a qualquer tipo de cargos exercidos por seus diretores,
- d) que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promovam a educação, a assistência social, ou seja, prestem serviços de caráter geral e indiscriminatório.

2. Examinando a documentação que compõe, acompanhando o presente projeto de lei, vemos que:

- a) a mesma preenche, em todos os itens previstos em Lei, os requisitos mínimos, indispensáveis para que possa vir a ser declarada de utilidade pública,
- b) face ao exposto, não nos resta senão opinarmos favoravelmente, com vistas e objetivando a aprovação do presente projeto de lei.

Somos, portanto, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1.981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

WERNER WANDERER, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Edgard Cavalcanti Albuquerque, ex-Delegado Regional do IPASE e ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Dr. Nelson José Correia, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raimundo Antônio de Souza, ocorrido dia 7/6/81, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 07/81.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 196/79, que visa criar o Município de Sarandi, com território desmembrado do Município de Marialva.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, no sentido de que seja encaminhado Nota de Pro-

testo às autoridades inglesas, pelo tratamento injusto dispensado aos presos políticos na Irlanda do Norte, que culminou com a morte de Bobby Sands, dirigente do Exército Republicano Irlandês (IRA).— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando a retirada da emenda de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 30/81.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja consignado na Ata dos trabalhos legislativos desta Assembléia, um voto de congratulações pelo “Dia do Assistente Social” comemorado no dia 15 transato.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar gestões junto a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, a fim de regulamentar com urgência a legislação referente a contagem recíproca para os servidores do Estado, conforme determina o Decreto Federal nº 85805, de 30/3/81.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela eleição da primeira diretoria da Federação das Associações dos Conjuntos Habitacionais de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações ao Sr. Presidente da COHAPAR, sobre o projeto de asfaltamento do conjunto habitacional “Henrique Alves Pereira”, do Município de Ibiaporã, inaugurado a dois anos e que não conta com nenhum serviço de infra-estrutura.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa do relatório elaborado pelo economista José Henrique do Carmo, denominado “Os Aproveitamentos do Potencial Hidrelétrico do Paraná e suas Consequências”.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo. (O relatório acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a regularização de atividade curricular na escola da Ilha Grande, no Rio Paraná, Município de Altônia, através de interferência da Secretaria da Educação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à “Sociedade 13 de Maio”, pelo 93º aniversário de sua fundação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de documento ao Ministro do Planejamento sugerindo redução dos preços de produtos de primeira necessidade, através de subsídios originários da comercialização de bens de necessidade secundária.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro do Planejamento e ao Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo providências no sentido de que os valores do VBC e dos preços de garantia do trigo sejam fixados anualmente no mês de janeiro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Bap-

tista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da PARANATUR, Presidente da EMBRATUR e ao Governador do Estado, solicitando gestões junto ao Conselho Nacional de Petróleo, para a abertura dos postos de gasolina nos feriados e fins de semana em Paranaguá, por ser ela uma das cidades mais tradicionais do nosso Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo verba para compra de um micro-ônibus para servir a alunos residentes nas proximidades do Município de Cafelândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, encarecendo a criação das Comarcas de Catanduvas e Capitão Leônidas Marques, desmembrando-as de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao INCRA-MA, consubstanciado em sugestão, visando extinguir a norma que impede o desmembramento de áreas rurais.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de sugestão, visando a pavimentação asfáltica do trecho que liga a localidade de Central Santa Cruz à Cidade de Cafelândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, sugerindo a instalação de monocal telefônico para a localidade de Central Santa Cruz, no Município de Cafelândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jeronimo Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo 5º aniversário de fundação do jornal "O Paraná", editado na Cidade de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Secretaria da Educação, solicitando o encaminhamento de um pedido de estudo de projeto para criação instalação de uma escola agrícola no Município de Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação do sistema integrado de rede de distribuição de água e esgoto na Cidade de Jesuítas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de 50 casas populares para o Distrito de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "O Paraná", pelo seu 5º ano de existência, na Cidade de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa o Editorial do Jornal "O Pa-

raná" do dia 15 de maio, bem como voto de congratulações pela passagem do seu quinto aniversário de fundação.—

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

(O editorial acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do octagésimo quinto aniversário do Colégio Bom Jesus, de Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Chefe da Casa Civil da Presidência e ao Ministro dos Transportes, encarecendo que sejam atendidas as reivindicações dos caminhoneiros autônomos de nosso Estado que pleiteiam trinta e dois por cento de reajuste nos valores atualmente vigentes.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Desburocratização, encarecendo que envide esforços junto ao IAPAS, ao Ministério da Indústria e Comércio ao Instituto de Marcas e Patentes, no sentido de se eliminar o máximo possível a burocracia no atendimento dos serviços de interesse da economia e da produção.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Presidência do Banco do Brasil, renovando o pedido feito em agosto de 1.980, no sentido de que seja transformado o Posto Avançado de Guaraniaçu em Agência.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, consubstanciado em pedido de informações sobre a cobrança cumulativa da taxa de esgoto com a taxa de água, além da cobrança da taxa sobre serviços.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Diretor do DER e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do trecho da estrada intermunicipal ligando Três Barras do Paraná à Usina de Salto Osório.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Procurador Geral da Justiça, no sentido de providenciar junto à direção do clube privado "PAPEETE" sito nesta Capital, a observância da legislação vigente em nosso País, que é inteiramente contrária à qualquer ato de discriminação racial.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, dirigindo-lhe apelo no sentido de serem estudadas as possibilidades de modificação dos critérios de áreas seletivas para concessão de linhas de transportes coletivos urbanos, para que seja viabilizada a implantação de linhas que atendam regiões densamente habitadas conforme a solicitação da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro da Vista Alegre.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telegrama aos Srs. Ministro da Agricultura e ao Secretário da Agricultura, contra a exigência de certificado de classificação de produtos agrícolas, dentro do País.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio

Ferraz de Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Comandante da Polícia Militar e Secretário da Segurança Pública, objetivando coibir arbitrariedades que vêm sendo praticadas pela Polícia Militar, em Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio do presente pedido de informações à direção da BANESTADO Reflorestadora, sobre matéria veiculada no dia de hoje no jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Conselho Monetário Nacional, Presidente do Banco do Brasil e Presidente do Banco Central, encarecendo seja proporcionado "um substancial aumento no limite de empréstimos às pequena e média empresas, mas com juros de crédito subsidiado", conforme solicitação feita pela ACIT de Toledo, por proposição apresentada na X Reunião Plenária da CAVIOPAR, realizada em Medianeira, em 11/04/81.) **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a criação em regime de urgência, de uma Escola de Segundo Grau para o Jardim Leonor, na cidade de Londrina. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fideleino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a viabilização de construção da Unidade Sanitária no Município de Corbélia, Paraná. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SUREHMA, encarecendo providências no sentido de coibir abusos do curtume localizado na Perimetral Sul de Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que sejam tomadas medidas compensatórias para os visíveis prejuízos causados aos agricultores pela importação da soja no regime "DRAW-BACK", do Paraguai e Argentina. -**Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança e ao Comandante da Polícia Militar do Estado, encarecendo a implantação de um módulo policial no Conjunto Habitacional Parigot de Souza, no bairro do Xaxim, nesta Capital. -- **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento, da Agricultura, Presidente do Banco Central e Presidente do Banco do Brasil, solicitando sejam tomadas providências quanto ao estudo de uma considerável redução na "atual taxa de juros aplicada sobre os empréstimos feitos pela ACIT de Toledo, por proposição apresentada na IX Reunião Plenária da CACIOPAR, realizada em Medianeira, Pr., em 11/04/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de um apelo ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de ser estudada a possibilidade de assegurar o acesso

automático dos ocupantes de cargos de Agente Fiscal, à série de classes imediatamente superior, mediante comprovação de grau de escolaridade de primeiro e segundo graus, conforme o caso, segundo o espírito da Lei 7051, de 06 de dezembro de 1978. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio do presente pedido de informações à direção do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, sobre matéria veiculada hoje no jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à COPEL, encarecendo imediata instalação de iluminação pública nos Bairros Vila Paraguaia, Jardim Santa Maria, Vila CR 1 e Vila Pérola, no Município de Foz do Iguaçu-Pr. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um rádio monocal no Distrito de São Luiz, Município de Marialva. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de Telex ao Sr. Presidente da República, dando apoio ao processo de abertura democrática e o combate ao terrorismo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo aos Srs. Ministro das Comunicações e Presidente da TELEBRÁS, no sentido de serem extintas as cobranças da taxa destinada ao Fundo Nacional de Telecomunicações. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja mudado para as 8:00 horas o início das aulas do turno da manhã nos estabelecimentos de ensino de primeiro grau, com término às 12:00 horas, durante ao menos a quadra hiberna. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, encarecendo o reinício e conclusão das obras do "Anel Viário" de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a regulamentação da Lei 02/80, de 07/07/80, que proíbe fumar nos veículos de transporte coletivo intermunicipal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo urgência na conclusão da construção da ponte do Rio dos Patos, localizada na BR-373, que liga Ponta Grossa a Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. José Roque da Silva, pela posse na Presidência da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Juizado de Menores de Curitiba, sugerindo a proibição de venda de cigarros a menores de 18 anos, em

todos os municípios. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico do Extremo-Sul — BRDE, à Itaipu Binacional, Furnas, Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS. — Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.
(É procedida a verificação de votação).

8 Srs. Deputados aprovam, 10 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 49/79 e 28/81. e do Projeto de Lei Complementar nº 25/81.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/81.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 162/80, 11, 13, 29 e 36/81.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO FACCI, EM SESSÃO DO DIA 09 DE JUNHO DE 1.981

OS APROVEITAMENTOS DO POTENCIAL HIDRELÉTRICO DO PARANÁ E SUAS CONSEQUÊNCIAS

José Henrique do Carmo

Ôautor é economista, formado pela Universidade Federal do Paraná. Integra a Assessoria Econômica da Secretaria da Indústria e do Comércio do Paraná e é professor assistente de Economia Internacional na UFPr. Realizou curso de pós-graduação em Comercialização Interna e Externa na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

1.0 APRESENTAÇÃO

O Paraná possui um dos potenciais hidráulicos mais privilegiados do País, proporcionando oportunidades para a construção de usinas hidrelétricas de grande porte, fator relevante no desenvolvimento sócio-econômico da Nação. Porém, da mesma forma que essas usinas proporcionam progresso para outras regiões do País, distantes do local de geração da energia hidráulica provocam, involuntariamente, prejuízos incalculáveis para as áreas cultivadas próximo às suas barragens. Com o fechamento de suas comportas, essas terras tornam-se completamente improdutivas, ocasionando perdas irreparáveis à economia do Estado e problemas de ordem social, em alto grau, aos pequenos produtores proprietários dessas terras.

2.0 OS APROVEITAMENTOS DO POTENCIAL HIDRELÉTRICO E A PERDA DE ÁREAS.

a) O aproveitamento total do potencial hidrelétrico

Em estudo executado em junho de 1977, pela Secretaria do Planejamento do Estado do Paraná, onde se verificou o potencial hidrelétrico total do Estado, o seu aproveitamento e as suas consequências em termos de perda de área por inundação, chegou-se à conclusão de que o aproveitamento deste potencial, considerando a área total dos reservatórios mais significativos, alcança o percentual de 3,2 por cento do total da superfície do Estado.

O Paraná, com o aproveitamento total de seu potencial hidrelétrico, terá 6,432,50 km2 de sua área de 199.326,754 km2 inundada, nas seguintes bacias hidrográficas:

— Bacia do Iguaçu	2.293,00 km2
— Bacia do Ivaí	561,60 km2
— Bacia do Piquiri	395,00 km2
— Bacia do Paraná	2.150,00 km2
— Bacia do Paranapanema	978,40 km2
— Bacia Litorânea	19,50 km2
— Bacia do Ribeira	35,00 km2
	6.432,50 km2

b) O aproveitamento do potencial hidrelétrico até 1985 e as previsões para 1990

Em trabalho recentemente concluído (maio de 1980), a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, chegou à conclusão que, em 1985, os reservatórios existentes e em construção inundarão ... 3.354,9 km2 do território do Estado. Em 1990, prevê-se 3.828,4 km2, representando respectivamente 1,7 e 1,9 por cento da área total do Estado.

As áreas de reservatórios são as seguintes:

Usinas existentes ou previstas	Áreas dos reservatórios (Km 2)	
	Existentes ou em construção até 1985	Previsão até 1.990
1. BACIA DO RIO IGUAÇU		
Foz do Areia	170,0	170,0
Segredo	81,7	81,7
Salto Santiago	210,0	210,0
Salto Osório	56,0	56,0
Foz do Chopim	0,5	—
Salto Caxias	—	124,0
Capanema	—	90,0
	518,2	731,7
2. BACIA DO RIO IVAÍ		
Mourão I	11,3	11,3
	11,3	11,3
3. BACIA DO RIO PARANAPANEMA		
Xavantes	242,0	242,0
Ourinhos	4,0	4,0
Salto Grande	8,4	8,4
Capivara	400,7	400,7
Taquaruçú	32,8	32,8
Rosana	91,0	91,0
Canoas	—	80,0
Apucarantina I	2,0	2,0
	780,9	860,9
4. BACIA DO RIO PARANÁ		
Ilha Grande	1.370,0	1,370,0
Itaipu	835,0	835,0
	2.205,0	2.205,0
5. BACIA LITORÂNEA		

Capivari	13,4	13,4
Guaricana	0,9	0,9
Chaminé (Vossoroca)	5,1	5,1
Chaminé (S. do Meio)	0,1	0,1
	19,5	19,5
TOTAIS	3.534,9	3.828,4

3.0 AS PERDAS DO PARANÁ PELA INUNDAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE USINAS HIDRELÉTRICAS

3.1 Perdas agrícolas (sem considerar Itaipu)
As perdas agrícolas do Paraná, levando-se em consideração apenas as Usinas de Foz do Areia, Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Caxias, Capanema, Ilha Grande, Taquaruçu e Porto Canoas, que representam 56,3 por cento da área inundada ou a inundar até 1990, conforme quadro anterior, apresentam as seguintes perspectivas:

ESTIMATIVAS DE PERDAS AGRÍCOLAS ANUAIS POR INUNDAÇÃO			
Cultura	T	Junho/80 Cr\$ 1.000,00	%
Milho	104.788,8	461.841,00	6,6
Soja	143.607,2	1.267.906,00	18,1
Arroz	11.604,7	145.746,00	2,0
Trigo	65.715,9	354.723,00	5,0
Feijão	6.693,3	156.112,00	2,2
Café	50.075,8	4.421.276,00	63,4
Algodão	8.219,7	153.434,00	2,2
Cana	15.200,0	8.112,00	0,1
TOTAL	405.965,4	6.959.150,00	100

Fonte: Cálculos efetuados com base no documento "Estratégia para a consecução dos objetivos da política governamental relativa ao Potencial Hidrelétrico Paranaense -SEPL-PR/Jun-77".

Desse total, o reservatório de Ilha Grande, representando 35,7 por cento da área inundada ou a inundar até 1990, é responsável pela perda de 250.848,3 t, de produtos agrícolas no valor de Cr\$ 5.661.471.288,72 ao ano; os demais reservatórios, por 155.177,1 t, no valor de Cr\$ 1.307.678.711,28 ao ano.

3.2 Perdas de arrecadação de ICM (sem considerar Itaipu)
Considerando-se uma alíquota média de 11 por cento para o recolhimento do ICM referente à produção agrícola exposta anteriormente, a perda anual de ICM situa-se em torno de Cr\$ 766.605.000,00 ao ano.

3.3 As perdas regionais com a implantação da Usina de Itaipu
O reservatório da Usina de Itaipu deverá alagar 835 km2 de área no Estado do Paraná, representando 21 por cento da área inundada ou a inundar até 1990. Envolve os Municípios de Guaíra, Terra Roxa, Mal. Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu.

3.4 As perdas agrícolas
As perdas agrícolas anuais das principais culturas, que representam 98 por cento da área colhida total, calculadas pela Universidade Federal do Paraná e SUDESUL em projeto efetuado em 1977, apresentam o seguinte quadro:

PERDA ANUAL AGRÍCOLA DAS PRINCIPAIS CULTURAS NA ÁREA COMPROMETIDA -- 1977				
Preço JUNHO/80				
Principais Culturas	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (T)	Valor/Prod. MCr\$ 1.000,00)	%
Soja	46.988	113.932	1.005.905	69,47
Trigo	32.951	31.237	168.612	11,64
Milho	14.729	33.922	149.506	10,32
Feijão	2.023	1.551	36.175	2,49
Mandioca	1.447	27.426	63.079	4,35
Arroz	1.298	1.791	22.378	1,54
Café	90	24	2.119	0,14
TOTAL	99.526	209.883	1.447.774	100

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE
NOTA: As principais culturas representam 98 por cento da área colhida total.

3.5 Queda da receita orçamentária dos municípios
Em função da diminuição da produção, a queda da receita orçamentária municipal apresenta uma média de 8,5 por cento, conforme o quadro da página 16.

3.6 Queda da arrecadação do ICM
Considerando-se uma alíquota média de 11 por cento para o recolhimento de ICM referente à produção agrícola, o reservatório de Itaipu significará uma perda anual de arrecadação de Cr\$ 159.255.000,00.

3.7 Efeito social
A inundação da área do reservatório de Itaipu afetará 42.444 habitantes ou 11,42 por cento da população regional, que perderão suas fontes de renda na região, agravando conseqüentemente o problema social do Estado.
O quadro da página 17 apresenta as perdas de população a nível municipal.

4.0 BALANÇO DA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PARANÁ -- 1980/1985/1990 (MWh)

Segundo estudos da COPEL, sem levar em consideração a produção de energia das usinas em estudo de viabilidade, inventário e projeto, a situação projetada a partir de 1980, se apresenta da seguinte forma:

BALANÇO OFERTA/DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA -- PARANÁ		
ANO 1980		%
Produção	11.461.132 MWh	48,9
Consumo	5.614.110 MWh	
Superávit	5.847.022 MWh	
ANO 1985		
Produção	29.128.752 MWh	37,4
Consumo	10.898.357 MWh	
Superávit	18.230.395 MWh	
ANO 1990		
Produção	73.279.152 MWh	33,7
Consumo	24.712.000 MWh	
Superávit	48.567.152 MWh	

FONTE: COPEL -- Ass. de Planejamento/Dp. Mercado

— A produção anual de energia está representada pelas Usinas da COPEL, ELETROSUL e CESP, excluindo os auto-produtores.

— Para as usinas localizadas em rios limítrofes, adotou-se apenas 50 por cento da geração anual.

Como se observa, o Estado do Paraná, em 1980, estará consumindo 48,7 por cento da energia gerada em usinas cujos reservatórios afetam áreas estaduais; em 1985, 37,4 por cento; em 1990, apenas 33,7 por cento.

Se levadas em consideração as usinas em estudo de viabilidade, inventário e projeto e supondo-se esta produção para 1990, existiria um acréscimo de 12 por cento ou 15.643.372 MWh, na posição prevista para 1990, diminuindo ainda mais o percentual de consumo do Estado, que se situaria em torno de 27,7 por cento.

5.0 CONCLUSÃO

Pelo exposto, verifica-se que o Paraná contribui e vai continuar contribuindo decisivamente para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, através da participação crescente do seu significativo potencial hidráulico para a geração da energia necessária para este desenvolvimento. Porém, a um custo social e econômico bastante elevado.

O Estado perderá, anualmente, levando-se em consideração 78 por cento da área inundada ou a inundar até 1990, um total de 615.848,4 toneladas de produtos agrícolas, o que corresponde, atualmente, a Cr\$ 8.416.924,000,00 e significa uma perda de aproximadamente Cr\$ 925.861.640,00 de ICM. Sem considerar-se ainda os aspectos sociais, ecológicos e outros aspectos econômicos que envolvem a questão.

Sem dúvida alguma, cabe aos Estados efetuar a promoção do desenvolvimento nacional através de um esforço conjunto. No entanto, não se pode promover este desenvolvimento com prejuízos para uma parte da população brasileira em benefícios de outra parcela desta mesma população.

Estes prejuízos poderiam ser evitados se conjugados e equilibrados os esforços. E é dentro deste espírito que o Paraná tem procurado compensar-se de suas perdas, propondo uma colaboração coerente para evitar desequilíbrios internos que atuariam no sentido inverso ao de seu esforço em prol do crescimento nacional.

O Paraná tem efetuado estudos e vem, seguidamente, propondo medidas para evitar consequências negativas à comunidade estadual. Assim, para compensar a renda perdida com a inundação de terras produtivas o Governo Federal poderia instituir programas especiais de apoio ao processo de industrialização do Estado, incentivando a realização de investimentos industriais em seu território, bem como direcionando investimentos cuja localização ainda não esteja definida. São posições que podem ser adotadas, independentemente da realização de outros programas, para compensar as perdas de renda do Paraná e que podem contribuir para fazer com que haja um aumento de participação local no consumo da energia elétrica a ser gerada pelo Estado.

Entende-se que é este o procedimento que ao longo do tempo evitará os sacrifícios da população paranaense, ao mesmo tempo em que estará colaborando para a consecução dos anunciados objetivos de descentralização industrial, tão necessária para a promoção do desenvolvimento econômico e social que fortaleça a nação e distribua as vantagens do progresso a todos os brasileiros.

CÁLCULO DA QUEDA NA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DEVIDO AOS EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS
DA OBRA DE ITAIPU – SUDESUL/UFPR.

Municípios	(em %)									
	Queda na partic. ICM dev. efeitos diretos	Queda na partic. ICM dev. dos efeitos ind.	Partic. ICM na receita orçamentária	Diminuição da receita devido participação do FPM	Variação coefic. de participação no FPM	Part. quota parte do FPM na receita orçamentária	Diminuição da receita devido quota parte do FPM	Diminuição da receita orçament. devido da arrecadação ICM	Queda na receita orçamentária	(I=D+G+H)
	(A)	(B)	(C)	(D)=(A+B)xC	(E)	(F)	(G=ExF)	(H)		
Guaira	5	12	33	6	—	22	—	—	6	
Terra Roxa	0,1	0,1	45	0,1	—	26	—	—	0,1	
Mal. Cândido										
Rondon	13	7	46	9	—	10	—	—	9	
S. Helena	26	4	46	14	10	26	3	—	17	
Matelândia	0,1	0,1	50	0,1	—	22	—	—	0,1	
S. Miguel										
do Iguaçu	21	5	48	12	10	23	2	—	14	
Medianeira	3	2	47	2	—	16	—	—	2	
Foz do										
Iguaçu	31,2	23	19	10	—	6	—	10	20	
FONTES DOS DADOS BRUTOS:										
	(A)	Estimativa SUDESUL/UFPR.								
	(B)	Estimativa SUDESUL/UFPR.								
	(C)	Tribunal de Contas do Paraná, média do período 1975-77.								
	(E)	Estimativa SUDESUL/UFPR.								
	(F)	Tribunal de Contas do Paraná, 1977.								
	(H)	Estimativa SUDESUL/UFPR.								

(1) A receita orçamentária exclui operações de crédito.
(2) Estão incluídos 23% da queda devida à redução da população empregada em Itaipu, estimada pela equipe, tabela 57.

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS: TOTAL, RURAL, OCUPADA, ÁREA COMPROMETIDA – 1975

SUDESUL/UFPR

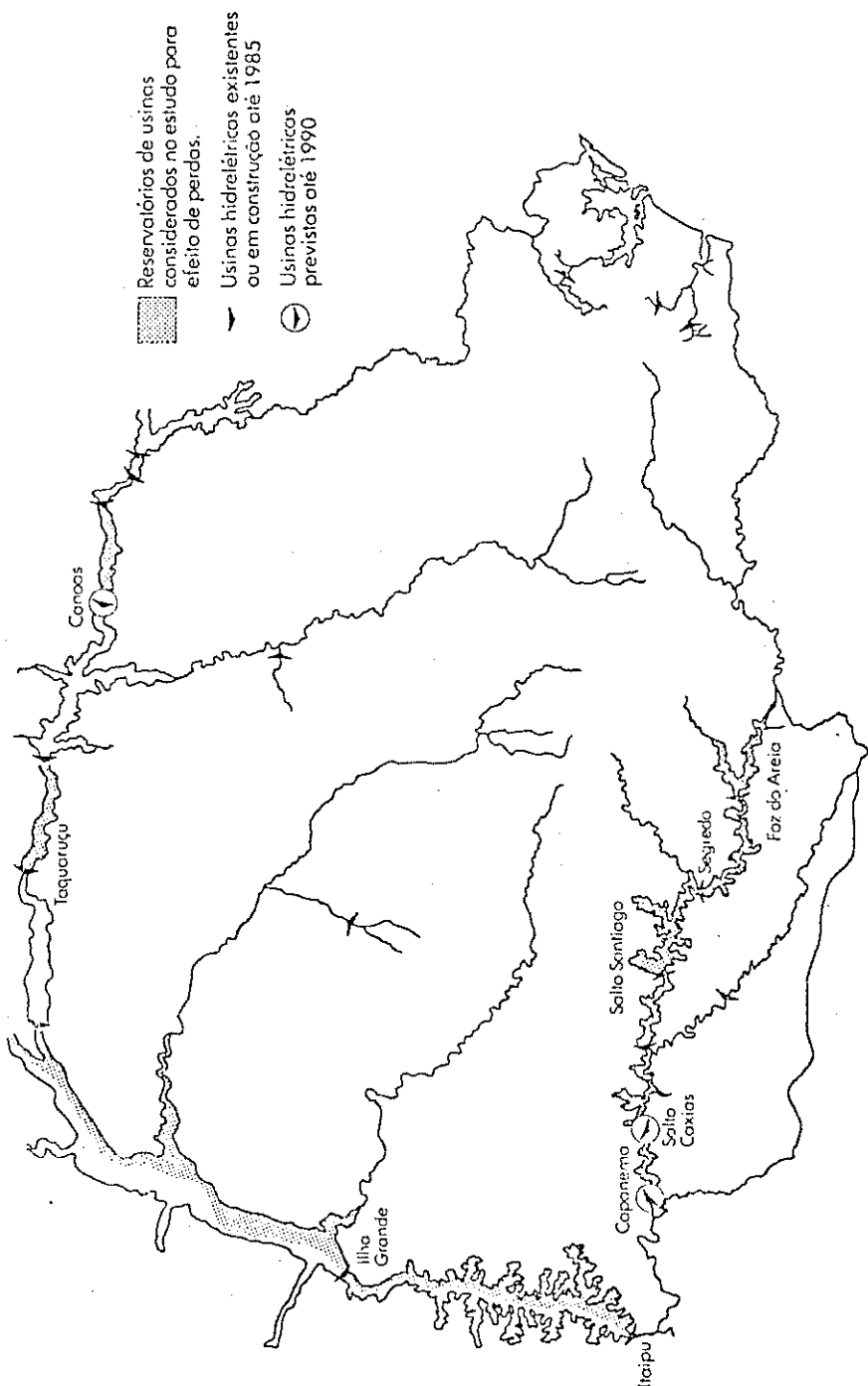
Municípios	(1) População total	(2) População rural	(3) População rural ocupada	(4) População total da área comprometida	(3)/(2)	% (4)/(2)	(4)/(1)
Guaira	47.482	30.341	13.873	3.659	45,72	12,06	7,71
Terra Roxa	55.268	45.264	21.452	146	47,39	0,32	0,26
Mal. Cândido Rondon	63.458	52.162	23.420	10.600	44,90	20,32	16,70
Santa Helena	38.831	35.608	20.168	12.181	56,64	34,21	31,27
Matelândia	35.473	31.546	23.068	70	73,12	0,22	0,20
Medianeira	45.216	33.686	17.844	1.540	52,97	4,57	3,41
São Miguel do Iguaçu	36.436	33.120	18.651	8.639	56,31	26,08	23,71
Foz do Iguaçu	49.538	19.716	7.651	5.609	38,81	28,45	11,32
Sub-Região	371.702	281.443	146.127	42.444	51,92	15,08	11,42

FONTE: (1) IBGE – Centro Brasileiro de Estudos Demográficos (CBED) – 1975

(2) Calculada por diferença entre população total e urbana.

(3) IBGE – Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário – 1975.

(4) A população total é a soma das populações rural e urbana, obtidas da seguinte forma: a população rural calculada a partir da população rural ocupada da lista-gem especial dos setores censitários (IBGE – 1975), tomando-se como homogênea a densidade de ocupação rural por km² nos setores selecionados e considerando-se a produção população rural ocupada/população rural do município, obtém-se a população rural da área comprometida; a população urbana obtida aplicando-se sobre a do Censo Demográfico (IBGE – 1975) a taxa geométrica de crescimento, para o período 1970-75, da estimativa de população urbana-hipótese média da COPEL



MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELTON FRIEDRICH, EM SESSÃO DO DIA 09 DE JUNHO DE 1.981.

"O PARANÁ — ANO V

O jornal O PARANÁ, completa hoje seu quinto aniversário, apontado como o "matutino de maior circulação no Oeste e Sudoeste do Paraná" e um dos importantes da chamada "zona rural brasileira". Tendo nascido quando muitos jornais começavam a morrer, tendo se robustecido quando a anemia se tornava doença crônica de empresas jornalísticas.

O PARANÁ — como o Estado que lhe empresta o nome — alcançou projeção pela alma idealista que tem semeado iniciativas, lutas, posicionamentos, não ingressando na fila daqueles que sobrevivem através do elogio fácil ou, do ataque gratuito.

Na sua inauguração, no dia 15 de maio de 1976, o saudoso Deputado Arnaldo Busato, prestigiando com sua presença o início das atividades do mais novo jornal paranaense, previu dias grandiosos para este porta-voz da agricultura e da pecuária, lembrando que em Cascavel, estava sendo plantada a semente que germinaria uma árvore frondosa que premiaria esta região com frutos generosos.

Não vamos nos ufanar de conquistas fáceis, de momentos tranquilos, de vitórias constantes. Afinal este jornal de cinco anos, sofreu as suas doenças, algumas graves, outras rotineiras, e nestes seus cinco anos de existência, mudou de mãos, alterou rumos, filosofias, combateu os bons combates, aceitou as lutas e amargou os instantes difíceis, de uma região que sofreu o castigo amargo da estiagem, da frustração de safras, das dificuldades econômicas geradas pelos modelos econômico e agrícola, impostos ao nosso povo pela tecnocracia que se instalou em Brasília e que nós, como todo o povo brasileiro, somos obrigados a engulir, porque vivemos num País sem opções, sem definições e sem eleições. Temos sofrido com a política de importações que castiga a imprensa brasileira desejando afogá-la nos custos disparados, no estreitamento do mercado publicitário como consequência da crise econômica e na concorrência desleal dos veículos "cometas" que nascem morrendo mas que sempre recebem apoio, incentivo e a consideração de muitos empresários que confundem anúncio com publicidade e que preferem um cometa barato a um veículo consolidado, enraizado e de cuja eficiência é temerário duvidar.

Nossos anunciantes, nossos assinantes e leitores, em geral, sabem que ainda não estamos fazendo o jornal ideal. Fazemos, sim, o jornal que tem alma, porque tem amor pela sua região. O jornal que tem alma porque tem idealismo. O jornal que tem alma porque tem coragem. Desta posição, não abdicamos.

Jamais nos curvamos porque nosso compromisso é com o leitor de todos os dias, com os grandes e pe-

quenos anunciantes, com a comunidade desta região que enfrenta graves e duros problemas: e que só vencerá os desafios se conseguir juntar forças, unir corações e somar ideais.

O jornal O PARANÁ vive o seu quinto aniversário movido por este ideal de unir mãos para a grande peleja, de unir braços para o grande abraço, de unir forças para que a vitória seja da agricultura, seja da pecuária, seja do Oeste e do Sudoeste, seja do Paraná e do Brasil.

Não somos o maior jornal, não temos a melhor equipe, mas, dentro da nossa humildade — e da humildade de nossos diretores e funcionários, somos uma empresa jornalística que coloca acima de tudo e de todos o ideal que inspirou a colonização desta região, que derrubou a mata e que construiu esta agricultura maravilhosa que sustenta o progresso e garante o futuro desta Nação.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 467/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, do funcionário ORLANDO FERREIRA, designando-o para prestar serviços no Serviço de Assistência Social.

(Protoc. nº 4338).

PORTARIA Nº 468/81

designar JOÃO LOBATO MACHADO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 4537).

PORTARIA Nº 469/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, dos funcionários abaixo relacionados, designando-os para prestarem serviços conforme especifica:

OLEGÁRIO SALDANHA DE ARAÚJO FILHO —
Gabinete do Deputado Adalberto Daros.

ANIBAL ASSUNÇÃO — Gabinete da Liderança do PTB.

(Protoc. nº 4343).

PORTARIA Nº 470/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, da funcionária MARLI ALVES POLLI, designando-a para prestar serviços no Gabinete do Deputado Renato Bernardi.

(Protoc. nº 4341).

PORTARIA Nº 471/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, do funcionário RUY DA FONSECA PEREIRA, designando-o para prestar serviços no Serviço de Cerimonial e Relações Públicas.

(Protoc. nº 4337).

PORTARIA Nº 472/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, da funcionária MÁRCIA FRANKE DE ANDRADE VIEIRA, designando a mesma para prestar serviços no Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

(Protoc. nº 4339).

PORTARIA Nº 473/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, da funcionária MARIA FERRER DA ROSA CUNHA, designando a mesma para prestar serviços no Serviço de Cerimonial e Relações Públicas.

(Protoc. nº 4340).

PORTARIA Nº 474/81

I — transferir para época oportuna as férias concedidas pelas Portarias nºs 233/80 e 087/80, ao funcionário ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula nº 045, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 1956).

PORTARIA Nº 475/81

designar JOÃO WALTER FERREIRA MAIER, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDS, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 3623).

PORTARIA Nº 476/81

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de EMILIO MAURO BARBOSA, matrícula nº 310, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a

que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 29 de junho de 1972 e 29 de novembro de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio e das férias de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do mesmo dispositivo do item anterior, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 29 de novembro de 1975 e 29 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação referente ao seu terceiro quinquênio (supra), e das férias de 1975 e 1976, contadas em dobro; e

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei nº 6174, a partir de 29 de janeiro de 1980, data que em razão da incorporação referente ao seu terceiro quinquênio e das férias de 1975 e 1976, contadas em dobro, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. nº 4329).

Gabinete da Diretoria Geral em 09 de junho de 1981.

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**9ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos três dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Gabriel Sampaio apresentou redação final aos Projetos de Resolução nºs 08, 09, 10 e 19/81, as quais foram aprovadas sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número leal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Renato Bernardi apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 49/79 — de autoria do Deputado Ezequias Losso, que cria o Município de São Jorge do Patrocínio, com os limites e confrontações do atual Distrito de São Jorge, Município de Altônia. PROJETO DE LEI 16/81 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem 31/81, que exclui da incidência do imposto sobre a circulação de mercadorias, as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica, sob encomenda direta do consumidor e usuário final. PROJETO DE LEI 20/80

— de autoria do Deputado Darcy Deitos, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná à Sua Excelência Reverendíssima Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo. PROJETO DE LEI 25/81, de autoria do Deputado Lineu Turra, que altera a Lei Complementar 02, de 18 de junho de 1973, (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS). PROJETO DE LEI 28/81 — de autoria do Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a Fundação da Universidade Federal do Paraná. PROJETOS DE RESOLUÇÃO 112/79, 11/81, 12/81 e 13/81, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

Lélío G. Sotto Maior

Secretário